

PROCESSO TC N.º 20267/21

Objeto: Licitação e Contrato

Órgão/Entidade: Departamento de Estradas de Rodagem da PB

Responsável: Carlos Pereira de Carvalho e Silva

Valor: R\$ 9.655.247,36

Relator: Cons. Em Exerc. Oscar Mamede Santiago Melo

EMENTA: PODER EXECUTIVO ESTADUAL — ADMINISTRAÇÃO DIRETA — LICITAÇÃO — CONCORRÊNCIA — CONTRATO — EXAME DA

LEGALIDADE - Regularidade do certame.

ACÓRDÃO AC2 - TC - 00780/22

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC 20267/21 que trata do exame da legalidade da licitação na modalidade Concorrência n.º 015/2021 e do seu Contrato decorrente PJ-058/21, realizada pelo Departamento de Estradas de Rodagem da PB, objetivando a execução das Obras de Implantação e Pavimentação das Rodovias PB-099, Trecho Lagoa Seca/Pai Domingos/Puxinanã e PB-113, Trecho Jenipapo/Entr. PB-099, acordam os Conselheiros integrantes da 2ª CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, por unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do voto do relator, em JULGAR REGULAR a referida licitação e o contrato decorrente.

Presente ao julgamento o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas Publique-se, registre-se e intime-se. TCE – Sala das Sessões da 2ª Câmara

João Pessoa, 19 de abril de 2022



PROCESSO TC N.º 20267/21

RELATÓRIO

CONS. EM EXERC. OSCAR MAMEDE SANTIAGO MELO (Relator): O Processo TC 20267/21 que trata do exame da legalidade da licitação na modalidade Concorrência n.º 015/2021 e do seu Contrato decorrente PJ-058/21, realizada pelo Departamento de Estradas de Rodagem da PB, objetivando a execução das Obras de Implantação e Pavimentação das Rodovias PB-099, Trecho Lagoa Seca/Pai Domingos/Puxinanã e PB-113, Trecho Jenipapo/Entr. PB-099, totalizando R\$ 9.655.247,36.

A Auditoria, com base nos documentos encartados aos autos, emitiu relatório inicial as fls. 553/555, concluindo pela necessidade de citação do gestor responsável para esclarecer as seguintes falhas: não constam impugnações ao edital nem tampouco recursos, eventualmente apresentados pelos licitantes e respectivas manifestações e decisões e os preços unitários praticados pela empresa vencedora do certame encontram-se compatíveis com mercado, exceto quanto aos itens marcados na cor amarela.

Notificado o gestor responsável apresentou defesa conforme consta do DOC TC 27740/22.

A Auditoria analisou a defesa e considerou sanadas as falhas iniciais.

Em face da conclusão a que chegou a Auditoria, o processo não tramitou pelo Ministério Público para a emissão de parecer escrito.

É o relatório.

VOTO

CONS. EM EXERC. OSCAR MAMEDE SANTIAGO MELO (Relator): Da análise dos autos, verifica-se que não restaram irregularidades no exame da Licitação Concorrência 015/2021 e do seu contrato decorrente. Diante do exposto, voto no sentido de que a 2ª CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA JULGUE REGULAR a citada concorrência e o seu contrato.

É o voto.

João Pessoa, 19 de abril de 2022

Cons. Em Exerc. Oscar Mamede Santiago Melo RELATOR

Assinado 21 de Abril de 2022 às 13:43



Cons. André Carlo Torres Pontes PRESIDENTE

Assinado 20 de Abril de 2022 às 13:38



Cons. em Exercício Oscar Mamede Santiago Melo RELATOR

Assinado 25 de Abril de 2022 às 11:37



Sheyla Barreto Braga de Queiroz MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO